



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE
ROBERTA TEODORO SANTOS

**ESCOLHA OCUPACIONAL E SAÍDA PARA O DESEMPREGO – UMA ANÁLISE
DE TRANSIÇÃO DE 2002 A 2016**

Goiânia
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ Dissertação ☐ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

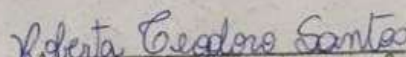
Nome completo do autor: Roberta Teodoro Santos

Título do trabalho: Escolha Ocupacional e Saída para o Desemprego – Uma Análise de Transição de 2002 a 2016

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo: 
Prof. Sandro Eduardo Monsueto
Professor Adjunto SLAPE 1690093
FACE/UFG

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 05/04/18

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

Roberta Teodoro Santos

**ESCOLHA OCUPACIONAL E SAÍDA PARA O DESEMPREGO – UMA ANÁLISE
DE TRANSIÇÃO DE 2002 A 2016**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do título de mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Teodoro Santos, Roberta
ESCOLHA OCUPACIONAL E SAÍDA PARA O DESEMPREGO –
UMA ANÁLISE DE TRANSIÇÃO DE 2002 A 2016 [manuscrito] /
Roberta Teodoro Santos. - 2018.
XLVI, 46 f.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Economia, Goiânia,
2018.
Bibliografia. Apêndice.

1. transição. 2. emprego. 3. desemprego . 4. categoria de ocupação.
5. PME. I. Eduardo Monsueto, Sandro, orient. II. Título.



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

No dia 20 de fevereiro de 2018, no horário de 15:40 horas às 16:00 horas, foi realizada, em sessão pública na sala 2109 da FACE, a defesa da dissertação *Escolha Ocupacional e Saida para o Desemprego – Uma Análise de Transição de 2002 a 2016*, de autoria da Mestranda Roberta Teodoro Santos, do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE da Universidade Federal de Goiás. A Comissão Examinadora, constituída pelos professores Sandro Eduardo Monsueto/PPE/UFG (Orientador/membro interno), Priscila Casari/PPE/UFG (Examinadora/membro interno) e Sabrina Faria de Queiroz FACE/UFG (Examinadora/membro externo), emitiu o seguinte parecer/recomendações:

Resultado Final:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Recomendações:

S/ALTERAÇÃO TCCLEVANTE

Eu, Sandro Eduardo Monsueto, orientador da discente, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Sandro Eduardo Monsueto (Orientador/Presidente/PPE/UFG)

Prof. Dr. Priscila Casari (Examinadora Interna/PPE/UFG)

Prof. Dr. Sabrina Faria de Queiroz (Examinadora Externo/FACE/UFG)

*A todos que acreditaram em mim,
e aos que duvidaram também.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais Maria Abadia Teodoro Santos e Norton Sylvio dos Santos pelo incentivo incondicional durante minha trajetória, e por todas as oportunidades e amor que me proporcionam.

Agradeço a minha irmã, Fernanda Teodoro Santos, por me apoiar em todos os momentos e por ser meu porto seguro.

A Tia Nilce e a Tio Eduardo por todos os conselhos, ajuda e compreensão nos momentos de dúvidas.

A Angelo Cruz do Nascimento Varella cuja paciência, suporte, compreensão e cumplicidade muito colaboraram para a conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos, Alexandre, Jackelyne, Maria Anita e Talita, por compreenderem meus momentos de isolamento.

Em especial, ao Professor orientador Doutor Sandro Eduardo Monsueto por provar que orientação, dedicação, profissionalismo e amizade podem conviver harmonicamente e darem resultados.

Aos demais professores do PPE que, pelo conhecimento repassado, contribuíram para minha formação acadêmica.

Agradeço também à FAPEG, pelo incentivo financeiro.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a transição do estado de emprego para o desemprego no mercado de trabalho nacional. Mais especificamente, o estudo visa compreender que efeito a qualidade do posto de trabalho atual possui sobre a probabilidade de o trabalhador perder sua ocupação no período futuro. O modelo realizado é um Heckprobit, cuja intenção é entender o quanto as características pessoais, socioeconômicas, capital humano e as características de ocupação podem influenciar na probabilidade dos trabalhadores das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre transitarem para o desemprego. Tal exercício econométrico é realizado a partir de microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) dos anos de 2002 a 2016, com informações da População Economicamente Ativa na faixa etária de 18 a 65 anos. Os resultados apontam que trabalhadores alocados em categorias mais altas tem menor probabilidade de perder seu posto de trabalho. Além disso, é observado que a escolha da categoria da ocupação tende a ser mais importante para as mulheres do que para os homens, ou seja, os efeitos de uma escolha inadequada hoje afeta negativamente a probabilidade de emprego futura.

Palavras-chaves: transição, emprego, desemprego, categoria de ocupação, PME.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the transition from employment to unemployment in the national labor market. Specifically, the study aims to understand what effect the quality a citizen's current employment has on the probability of the employee losing their occupation in the future. The model is a Heckprobit, with the objective of understanding how the personal characteristics, socioeconomic, human capital and occupation characteristics can influence the probability of workers in the metropolitan areas of Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre became unemployed. This econometric exercise is carried out by analysing the microdata of the Monthly Employment Survey (PME) from 2002 to 2016, with information from the Economically Active Population of persons aged 18 to 65 years. The results show that workers in more higher categories of employment are less likely to lose their jobs. Moreover, it is observed that the choice of occupational category tends to be more important for women than for men, that is, the effects of inadequate choices today negatively affect the probability of future employment.

Word-Keys: transition, employment, unemployment, occupational category, PME.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3	METODOLOGIA	18
3.1	Estratégia Empírica	19
3.2	Classificação das Ocupações	22
4	RESULTADOS	26
4.1	Estatísticas Descritivas.....	26
4.2	Transição do Emprego para o Desemprego.....	30
4.3	Resultados Econométricos.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
	Apêndice A	48

1 INTRODUÇÃO

A transição entre o emprego e o desemprego vem sendo objeto de preocupação crescente por parte dos governos e da sociedade acadêmica. A literatura empírica tem analisado desde a duração e a intensidade do fenômeno às diferenças entre gênero e demais grupos demográficos (BIVAR, 1993; MENEZES-FILHO e PICHETTI, 2000). De modo geral, parece existir um consenso de que a perda do emprego está concentrada em determinados trabalhos e grupos demográficos, tais como, mulheres, negros e jovens. Esses postos de trabalho são, em geral, caracterizados por sua vulnerabilidade, em termos de condições institucionais, de remuneração ou capital humano, e tendem a serem os primeiros a perder participação na absorção da mão de obra, em função de ciclos econômicos e destruição de postos de trabalho (SILVA, 2016). Ou seja, parece haver uma relação entre a perda do emprego e a qualidade do posto de trabalho atualmente ocupada pelo indivíduo. Contudo, falta ainda à literatura estudos empíricos que explicitem esta relação entre a qualidade do posto de trabalho e a perda ou manutenção do emprego, devido, dentre outros elementos, à dificuldade de se definir o que seria esta qualidade.

Alguns autores têm direcionados esforços neste sentido, procurando classificar os postos de trabalho segundo algum critério socioeconômico ou estatístico (JANNUZZI, 2000 e 2004; MONSUETO et al., 2017). A classificação das ocupações ou postos de emprego, segundo a qualidade dos mesmos, abre espaço para que a relação entre esta e a transição para o desemprego seja mais bem detalhada e analisada. Desta forma, a presente dissertação tem por objetivo analisar de que maneira a qualidade do posto de trabalho atual impacta sobre a probabilidade da saída para o desemprego no futuro próximo do indivíduo. Mais explicitamente, o que se deseja é: 1) analisar os determinantes da saída do trabalhador do emprego; 2) estimar o efeito da qualidade ocupacional sobre a probabilidade de transitar para o desemprego no período futuro; e 3) analisar as diferenças na probabilidade de transição entre gêneros. Atingir tais objetivos deve contribuir para aprimorar o conhecimento sobre o papel da escolha ocupacional e o efeito que a qualidade do posto de trabalho pode ter sobre a trajetória empregatícia do indivíduo, dado o argumento de que um posto de trabalho precário, que não oferece seguridades trabalhistas, destina o trabalhador a permanecer mais vulnerável

quanto a perda do emprego e a necessidade de se reinserir no mercado em cargos precários.

Para atingir os objetivos propostos, são realizados exercícios econométricos sobre a base de dados da Pesquisa Mensal de Emprego entre os anos 2002 e 2016, para as Regiões Metropolitanas Brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo) e tomando a classificação proposta em Monsueto et al.(2017) como proxy de qualidade das ocupações.

A importância desta análise reside no fato de que o entendimento da estrutura empregatícia e de seus determinantes permite identificar o perfil dos indivíduos sem postos de trabalho e promover políticas mais adequadas de geração de emprego. A questão do trabalho na economia brasileira não se limita apenas aos problemas do desemprego e do número de empregos que as ações públicas são capazes de gerar, mas diz respeito também ao movimento de entrada e saída da força de trabalho no emprego. De modo geral, os resultados encontrados neste estudo confirmam a hipótese de que a escolha da categoria ocupacional dos indivíduos no mercado de trabalho ajuda a definir sua trajetória profissional, além de fornecer novas evidências para aspectos sobre segregação ocupacional segundo gênero.

Uma vez apresentada à relevância do tema e as razões pelas quais o estudo será desenvolvido, a dissertação busca esclarecer os motivos pelos quais os trabalhadores perdem seus postos de trabalho, permitindo, assim, nortear políticas públicas a respeito ao mercado de trabalho brasileiro. Uma breve revisão literária é apresentada na segunda seção. A metodologia, a estratégia empírica, a base de dados e a seleção de variáveis adotadas neste trabalho estão presentes na terceira seção. Os resultados da estimação e sua análise são apresentados na quarta seção. As considerações finais estão presentes na quinta e última parte.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo discute alguns dos principais resultados apresentados em trabalhos que tratam da relação emprego e desemprego. O objetivo é traçar as questões fundamentais discutidas pelos pesquisadores dessa linha ao longo do tempo e mostrar quais temas e fatores são frequentemente considerados nos estudos empíricos para explicar esse fenômeno, principalmente no Brasil.

Nos últimos tempos, a literatura brasileira do mercado de trabalho tem apresentado focos diferentes do que fora salientado até a década de 2000. Entre 1970 e 1980, por exemplo, boa parte das análises estava concentrada na questão da absorção setorial de mão de obra e na informalidade (CACCIAMALI, 1982 e 1983). Por outro lado, os anos 1980 são marcados por um aumento do desemprego e pela pressão inflacionária, o que leva os autores a se centralizar nas origens desses fenômenos (SABÓIA, 1986, CACCIAMALI, 1992). Embora o desemprego estivesse sempre em pauta na agenda de pesquisas brasileiras, a maior disponibilidade de microdados a partir de meados dos anos noventa incentiva a realização de novas e mais modernas análises empíricas. A produção bibliográfica do país passa a se preocupar fundamentalmente com a duração do desemprego, utilizando principalmente como fonte de análise a base de microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PENIDO e MACHADO, 2002).

Bivar (1993), por exemplo, estima a duração esperada das ocorrências completas de desemprego e analisa reflexos das diferenças entre gêneros. Para tanto, a autora utiliza dados da PME para a Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1983 e 1990. Os resultados obtidos sugerem que o desemprego no Brasil tem curta duração, uma vez que os mecanismos de proteção aos desempregados são ineficazes, o que os obriga a buscar qualquer estratégia de sobrevivência. Além disso, o estudo encontra também evidências de que o sexo interfere na taxa de saída para o emprego. Complementando essa análise, Menezes-Filho e Pichetti (2000) analisam como a duração do desemprego na região metropolitana de São Paulo varia entre trabalhadores segundo suas características pessoais, tais como idade, educação, gênero, experiência de trabalho anterior, etc. Os resultados encontrados indicam que a duração do desemprego é menor para os chefes de família e para aqueles que já trabalharam antes, enquanto os indivíduos

mais velhos e com nível educacional mais elevado, tendem a permanecer mais tempo no desemprego.

Penido e Machado (2002) também utilizam a PME com objetivo de estimar parâmetros que afetam períodos de desemprego. Os resultados encontrados evidenciam que a duração esperada é em torno de dez meses e que as características pessoais como educação, situação na família e o local onde residem interferem na probabilidade de se obter um novo posto de trabalho. Já Flori (2003) avalia a importância da duração e da incidência para o desemprego entre jovens no Brasil. As conclusões encontradas indicam que a duração média do fenômeno é praticamente a mesma para jovens, adultos e idosos, mas o desemprego juvenil se apresenta mais elevado do que nas demais categorias.

O começo dos anos 2000 é marcado por uma queda apreciável e contínua na taxa de desemprego no país (RAMOS e BRITO, 2004). Assim, a literatura nacional deixa ter como foco principal a duração e parece se preocupar mais com a mobilidade ocupacional e com a transição entre os estados (empregado, formal/informal, desempregado e inativo). Por exemplo, Curi (2004) examina os determinantes da mobilidade dos trabalhadores, formais ou informais, para o desemprego, trabalho por conta-própria e inatividade. Estima-se o papel de características demográficas e ocupacionais, como sexo, idade, educação e região de moradia, além do tempo em que o indivíduo permanece na situação. Os resultados mostram que os trabalhadores menos educados, homens, mais jovens e que estão há menos tempo na formalidade têm uma maior probabilidade de sair do setor formal. Em concordância, Reis e Aguas (2014) evidenciam que amplos períodos de desemprego aumentam a probabilidade de um indivíduo desempregado obter um novo posto de trabalho, seja formal ou informal, e que a probabilidade de transição do desemprego para a inatividade também aumenta com a duração do desemprego.

O recente artigo de Oliveira e Junior (2017) observa a ocorrência de desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro e analisam seus possíveis efeitos sobre o salário aceito no momento de saída do estado de desemprego. Os autores utilizam dados da PME do ano de 2006 e concluem que existe uma observável discrepância no risco de saída do estado de desemprego, ou seja, na obtenção de trabalho, relacionada ao gênero do trabalhador, penalizando indivíduos do sexo feminino. Um desdobramento significativo é o fato encontrado de

que a quantidade de crianças no domicílio afeta esse risco de forma oposta para homens e mulheres. Os autores afirmam que essa discrepância assimétrica provém de condições socioeconômicas e culturais estabelecidas no Brasil.

Outro tema recorrentemente abordado na literatura brasileira é o estudo da rotatividade no mercado de trabalho. A análise das circunstâncias e dos impactos referentes à obtenção e à perda de postos de trabalho possui potencial para definir relevantes indicadores relacionados às condições dos indivíduos empregados em um sistema econômico. De acordo com Silva e Silva (2012), um instrumento importante na busca pelo equilíbrio do mercado de trabalho contra choques no cenário econômico é sua flexibilização. Ou seja, a adaptação dos movimentos de entrada e saída da força de trabalho no emprego configura um dispositivo de ajuste desse setor, de modo que um mercado de trabalho mais flexível tende mais facilmente ao equilíbrio. Em concordância, Ibsen e Westergaard-Nielsen (2004) afirmam que a rotatividade permite uma melhor alocação de recursos humanos, permitindo que trabalhadores encontrem novos empregos, de acordo com a demanda.

Porém, os autores também destacam os riscos e custos associados à alta rotatividade de trabalhadores, uma vez que uma consequência natural desse fenômeno é a perda de capital humano e social. Gonzaga (1998) ressalta a preocupação com a qualidade de postos de trabalho gerados em cenários com alta rotatividade de trabalhadores, argumentando que a flexibilização excessiva da mão-de-obra na economia provoca perdas de produtividade e sugere baixa qualidade do emprego. Para o autor, a produtividade da força de trabalho depende de uma alta qualificação coletiva, ou seja, capital humano geral desenvolvido por meio de educação em sociedade, e de capital humano específico, acumulado através de treinamentos e capacitações dentro do ambiente de trabalho. Consequentemente, uma rotatividade desproporcional prejudica o investimento em capital humano específico e impacta negativamente a produtividade e na qualidade dos postos de trabalho de uma economia.

Autores como Corseuil et al. (2002) e Almeida (2004) compartilham a visão de que a legislação trabalhista brasileira afeta a informalidade e a rotatividade prematura do mercado de trabalho, destacando o fato de que programas de proteção social como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Seguro Desemprego modificam os incentivos de empregadores e empregados ao

beneficiarem demissões de curto prazo. Se, por um lado, a proteção de trabalhadores desqualificados é essencial para o bem-estar social, por outro, a atual conjuntura acaba por desequilibrar o mercado de trabalho, afetando desproporcionalmente mão-de-obra com pouca qualificação. Corseuil et al. (2002) aprofundam-se nesse tema, explicitando que os altos encargos sobre a folha de pagamentos das firmas são progressivos, principalmente em função das regras do FGTS, que aumentam os custos de demissão com relação ao tempo de contratação. Ademais, a legislação acaba por criar incentivos negativos que fazem com que os trabalhadores desqualificados prefiram a demissão como forma de acesso a uma série de benefícios sociais, o que deturba a intenção protecionista desses mecanismos sociais. Por consequência, é possível afirmar que as atuais circunstâncias definem um cenário nos quais os incentivos distorcidos acabam por incentivar demasiadamente a rotatividade de trabalhadores pouco capacitados, desestimulando o investimento de empresas no aumento do capital humano específico de seus funcionários, o que impacta negativamente na produtividade geral desses estratos.

Especificamente sobre a transição do emprego para o desemprego, Nunes et al. (2016) analisam o comportamento desse fenômeno ao longo dos ciclos econômicos, utilizando uma metodologia adaptada de Shimer (2007) aplicados aos dados da PME. De acordo com os resultados encontrados, verifica-se que as oscilações da probabilidade de admissão são responsáveis por cerca de 75% das variações cíclicas do desemprego no Brasil metropolitano entre 1983 e 2001, e aproximadamente 80% das variações do desemprego entre 2004 e 2013. Os resultados apontam que as variações na taxa de desemprego são mais afetadas por alterações na quantidade de contratações por parte das empresas, do que pelas variações no ritmo das demissões.

Silva (2016) também utiliza a base de dados da PME a fim de analisar o perfil dos trabalhadores que perderam o emprego na crise de 2008, com o propósito de identificar quais características individuais e dos postos de trabalho são mais relevantes na probabilidade de demissão. Os resultados apontam que, trabalhadores informais, subocupados, com menor tempo no posto de trabalho e rendimentos menos expressivos são os que apresentaram as maiores chance de perderem o emprego. A respeito das características pessoais, as demissões são maiores entre jovens e velhos, com menores níveis de escolaridade e as mulheres foram mais

penalizadas que os homens. Além disso, pôde-se concluir que as demissões atingem mais aqueles trabalhadores que ocupam postos de trabalho menos protegidos e de menores custos de demissão.

Como se nota, a literatura empírica sobre a questão do desemprego no Brasil caminhou desde a determinação macroeconômica do fenômeno, até a análise de sua duração, passando a estudar as transições entre estados do mercado de trabalho, focando na interpretação de fatores pessoais como determinantes principais dessas alterações. Como progressão lógica desses estudos empíricos, é possível observar um aumento no interesse dos autores em captar o papel do posto de trabalho atual sobre o futuro da mão de obra. Contudo, essa análise ainda se encontra marginalizada dentro dos resultados e objetivos principais dos artigos empíricos brasileiros. Desta forma, se abre espaço para analisar o efeito de características da ocupação do indivíduo sobre a probabilidade do mesmo transitar para o desemprego em períodos seguintes.

Isso significa que uma hipótese fundamental que pode ser analisada pelo presente trabalho é a de que o problema do desemprego, no caso brasileiro, extrapola a escassez de criação de postos de trabalho, passando a ter como uma de suas origens a baixa qualidade dos empregos ofertados. Esta baixa qualidade pode ser entendida, por exemplo, pela incidência de contratos informais, baixa duração da relação de emprego e menor nível de renda. Assim, a entrada em uma ocupação de baixo nível socioeconômico, seja como estratégia de sobrevivência, ou por meio de política pública ativa, pode resultar em novos episódios de desemprego no curto prazo. A decorrência desse fenômeno atinge negativamente a mão-de-obra afetada, gerando perda significativa de capital humano específico e impossibilitando a qualificação planejada do trabalhador.

Desse modo, pode-se partir da hipótese que as diferenças entre os postos de trabalho são relevantes para explicar a saída de um trabalhador do estado de emprego. Assim, a presente dissertação visa contribuir com esta lacuna na literatura empírica nacional acrescentando, de modo explícito, o elemento de qualidade do posto de trabalho atual com um dos determinantes da ocorrência de desemprego no país, ou mais especificamente, para a perda do emprego. Para tanto, as ocupações são agrupadas segundo seu status socioeconômico definido pela qualidade do emprego, tal como proposto em Monsueto (2016). O próximo capítulo apresenta a estratégia empírica delimitada para o estudo.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o tratamento estatístico da base de dados utilizada na análise e a estratégia econométrica para estimar a probabilidade de transição do indivíduo ocupado hoje para o estado de desemprego no período seguinte. Como base de dados, o estudo utiliza os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), no período de março de 2002 a fevereiro de 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A metodologia adotada por essa pesquisa é a de painel longitudinal rotativo que permite acompanhar os domicílios entrevistados por até 16 meses, sendo realizado um total de oito entrevistas. A informação longitudinal é obtida por meio da harmonização das informações dos mesmos domicílios em diferentes instantes no tempo. São realizadas quatro entrevistas mensais consecutivas nos mesmos domicílios, em seguida tem-se um intervalo de oito meses e, novamente realizam-se com essas pessoas mais quatro entrevistas mensais consecutivas e, por fim, sai da amostra de forma definitiva. A designação de painel rotativo implica que a amostra é substituída progressivamente mês a mês por uma nova combinação de domicílios.

Embora a PME conte com uma amostra aproximada 40 mil informações domiciliares e englobe características demográficas e educacionais, essa base pode ser subutilizada graças a desgastes do painel. Esses desgastes são causados pelo atrito das informações, ou seja, cenários como opor-se a responder à pesquisa ou a mudança geográfica, podem impossibilitar o rastreamento de um mesmo domicílio ao longo das rodadas de entrevista. Além do mais, diferentemente do que se realiza durante a década de noventa, a metodologia praticada pela PME, desde 2002, assiste somente a residência, não havendo uma variável que seja capaz de identificar o mesmo indivíduo durante as entrevistas.

Com o intuito de aperfeiçoar a eficácia dessa base, Ribas e Soares (2008) sugerem um modo de emparelhamento amostral que visa minimizar o erro dessas informações ao identificar o indivíduo e sua residência. O método proposto pelos autores baseia-se em um algoritmo de emparelhamento que permite identificar o mesmo indivíduo em uma posição anterior na base de dados. Com o objetivo de aperfeiçoar essa busca, é proposta uma variável adicional, p201, que permite reconhecer a mesma pessoa em todo o painel. Tal variável equivale ao número de

ordem do indivíduo no domicílio, v201, se essa for a primeira vez que este aparece na entrevista e na amostra. Se o indivíduo surge pela primeira vez na segunda entrevista, consequentemente p201 equivalerá a v201 acrescido de 100; entretanto, se ele aparece apenas a partir da terceira entrevista, isso implica que p201 será igual a v201 mais 200 e assim consecutivamente. O referido algoritmo, em sua versão complexa, é utilizado na montagem do painel e a fim de acompanhar os mesmos indivíduos no presente estudo. São utilizadas informações da população ocupada durante a quarta entrevista, comparando com sua situação no momento da oitava entrevista, ou seja, um ano depois. São usados dados de trabalhadores com idade entre 18 e 65 anos e com informações completas para todas as variáveis utilizadas. O modelo de análise adotado, a fim de medir essa probabilidade, é dividido em duas fases, e é apresentado na próxima seção.

3.1 Estratégia Empírica

Esta seção tem por objetivo definir a estratégia de análise a ser utilizada no trabalho, ou seja, para estimar o efeito das características pessoais, de capital humano, de mercado de trabalho e regionais sobre a probabilidade de um indivíduo atualmente empregado transitar para o desemprego no período futuro. Seguindo o proposto em Greene (2000), este modelo é utilizado para corrigir o possível viés de seleção devido ao fato da amostra não captar o efeito da mão de obra não empregada. O modelo principal, já corrigido, tem o propósito de determinar a probabilidade de um indivíduo empregado transitar para o estado de desemprego.

O modelo principal a ser estimado é dado pela equação:

$$\begin{aligned}
 &P(\text{Sai_pro_desemprego}_{t+1} = 1) \\
 &= f(\text{Gênero}_{t+1}, \text{Cor}_{t+1}, \text{Idade}_{t+1}, \text{Chefe}_{t+1}, \text{Freqescola}_{t+1}, \text{Anoest}_{t+1}, \\
 &\quad , \sum \text{Classe}_t, \sum \text{Setor}_t, \sum \text{Ano}, \sum \text{Rm}_{t+1})
 \end{aligned}$$

Em que:

- Sai_pro_desemprego: binária utilizada para determinar a probabilidade de o indivíduo perder o emprego, assumindo valor um para aqueles

que transitaram para o desemprego e zero para os que permaneceram empregados;

- Gênero: binária para diferenciação de gênero entre masculino e feminino, considerando valor um para homens e zero para mulheres;
- Cor: dummy para diferenciação entre trabalhadores brancos e não brancos, apresentando valor um para brancos e zero para não brancos;
- Idade: variável medida em anos e usada como *proxy* de experiência;
- Chefe: dummy que capta a condição do trabalhador na unidade familiar, assumindo valor um para pessoa de referência e zero para outras classificações;
- Frequescola: binária responsável por captar o efeito de quem está frequentando a escola, apresentando valor um se o indivíduo está frequentando e valor zero se não está;
- Anoest: variável medida em anos utilizada para captar a escolaridade dos indivíduos;
- Classe: conjunto de dummies que visa captar o efeito que as classes socioeconômicas (Alta, Média-Alta, Média, Média-Baixa, Baixa);
- Setor: conjunto de dummies cujo objetivo é medir os efeitos do mercado de trabalho em termos da divisão setorial;
- Ano: conjunto de dummies de controle anual;
- Rm: conjunto de dummies que representa a cada região metropolitana do modelo;

O modelo empírico principal, deste trabalho, toma como base uma estimação do tipo probit para verificar a probabilidade de que um indivíduo atualmente empregado se encontre em situação de desemprego em um período futuro. Sobre as variáveis utilizadas nessa análise, cabem algumas considerações. Com relação às características pessoais dos trabalhadores, optou-se pela inclusão das variáveis de *gênero* e *cor*. A utilização da variável *gênero* tem por objetivo captar se a inserção no mercado de trabalho ocorre em proporções distintas para os dois gêneros. Já a binária *cor*, brancos e não brancos, tem o intuito de verificar uma possível distinção, em relação à raça, na probabilidade de estar empregado.

Para captar o efeito das características do capital humano, estão presentes no modelo as variáveis de *idade*, medida em anos e usada como *proxy* de experiência, e *anoest*, medida por anos de estudo. Já variável *chefe* é utilizada com o objetivo de captar a condição do trabalhador na unidade familiar, assumindo valor um para pessoa de referência e zero para outras classificações. A variável *frequescola* representa uma binária responsável por captar o efeito de quem está frequentando a escola.

A variável *setor* está presente no modelo por ser capaz de captar as características do mercado de trabalho. Os dados sobre o setor de emprego foram adaptados com intuito de dividir os indivíduos atuantes na indústria primária, na indústria, na construção, no setor terciário e outras atividades, sendo que o setor de construção é a *dummy* omitida do modelo e também o parâmetro para as comparações entre setores. A variável *região metropolitana* é um conjunto de *dummies* que representam a cada região metropolitana do modelo, e a região metropolitana de Salvador é a *dummy* omitida. As *dummies* de ano representam o ano em que os dados foram coletados, sendo o ano de 2012 o parâmetro de comparação no modelo.

Entre as variáveis, uma de significativa relevância é justamente sobre a ocupação exercida. Para tanto, a variável *classe* é utilizada com intuito de compreender o efeito que a categoria da ocupação, na qual o indivíduo está alocado no período atual, tem sobre a probabilidade de este perder o emprego no período futuro. E esta variável merece uma discussão mais aprofundada, presente na próxima seção.

Adicionalmente, é preciso ressaltar que os modelos probit são válidos desde que haja independência entre fatores não observados, ou seja, a covariância entre os termos de erro de cada um dos dois modelos de escolha seja zero. Se isso não for cumprido, o modelo não pode ser utilizado, pois os estimadores seriam viesados e inconsistentes. Neste caso, a omissão da condição necessária de estar empregado determina a amostra fazendo com que esta deixe de ser aleatória. Este problema pode ser corrigido por uma estimativa de dois estágios, para o qual se deve utilizar o modelo Heckprobit, no qual se inclui um termo de correção de viés de seleção amostral. Introduzido pela primeira vez por Van de Ven e Van Pragg (1981), o Heckprobit permite estimar modelos probit quando há suspeita de viés de seleção da amostra. Esse modelo se assemelha ao procedimento de correção de

erros comumente usado para controlar o viés de seleção da amostra em tipos micrianos de equações de rendimentos, que é conhecido como Heckit (HECKMAN, 1979).

A fim de controlar a possível seletividade implícita na exclusão de partes envolvidas, as estimativas são corrigidas por um prazo simultaneamente estimado por máxima verossimilhança utilizando uma equação de ajuste. A variável dependente da equação de ajuste toma um valor de um, se o indivíduo está empregado e valor zero caso contrário. O viés de seleção amostral na probabilidade de perder o emprego é dado pelo problema de endogeneidade decorrente da omissão de uma variável relevante. O modelo de ajuste é estimado com o objetivo de minimizar a influência dos desempregados na amostra, a fim de corrigir o modelo principal. O modelo de ajuste a ser estimado é dado pela equação:

$$P(\text{Empregado}_t = 1) = f(\text{Menores}_t, \text{EduChefe}_t, \text{Cor})$$

- Menores: binária que capta a presença de menores de idade na unidade familiar, considerando valor um se há menor no domicílio e zero caso contrário;
- Educhefe: variável medida em anos e usada como proxy do nível de escolaridade do chefe do domicílio;
- Cor: dummy para diferenciação entre trabalhadores brancos e não brancos, apresentando valor um para brancos e zero para não brancos;

Vale ressaltar, que os modelos são estimados com auxílio do software Stata 11, com desvios padrões robustos à heterocedasticidade.

3.2 Classificação das Ocupações

A escolha do método de classificação das ocupações configura um dos maiores desafios na análise de fenômenos referentes ao emprego e desemprego. É comum, na literatura, encontrar metodologias adaptadas às distintas realidades, variando de acordo com a necessidade e os objetivos dos pesquisadores. É possível

destacar o trabalho de autores como Pastore e Silva (2000), que combina os níveis educacionais e de rendimento dos indivíduos em cada atividade, criando uma escala sobre os dados da PNAD, que são hierarquizados em seis extratos de ocupações. Com uma metodologia similar Pero (2006) considera que incrementar a análise com dados sobre a idade dos trabalhadores permite comparar a mobilidade socioeconômica entre gerações. Assim, ao dividir as ocupações em nove grupos de estratos sociais, é possível não somente avaliar a existência de barreiras, como seu papel efetivo na mobilidade entre estratos específicos.

Outro trabalho relevante é realizado por Jannuzzi (2000 e 2004), que classifica em cinco categorias hierárquicas os dados do Censo Demográfico, capazes de refletir uma escala de condição socioeconômica a partir da caracterização do “prêmio social”, ou da valorização da atividade exercida por um indivíduo, por parte da sociedade. A classificação do autor mostra-se eficiente para estudos que mensuram os efeitos da mobilidade ocupacional e definem, de forma bem sucedida, a divisão do mercado de trabalho brasileiro em segmentos socioeconômicos. No que se refere à demanda por qualificação, é possível recorrer a Machado et al. (2004), que obtém uma tipologia ocupacional com dez categorias distintas ao propor que a incompatibilidade entre a qualificação requerida para postos de trabalho e os níveis educacionais efetivos dos trabalhadores servissem como método de divisão das ocupações. Consequentemente, considera-se a escolaridade do trabalhador e o perfil da ocupação de acordo com a incompatibilidade e as variações ocorridas ao longo do tempo.

Entretanto, é preciso ressaltar que no ano de 2002 o IBGE introduz uma nova metodologia de classificação das ocupações da PME, baseada na Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO), o que possibilita a obtenção de 54 atividades distintas, diferentemente da década de 1990, em que era possível obter até 390 ocupações distintas. Portanto, ocorre uma perda significativa de informações sobre as características da atividade exercida pelo indivíduo (IBGE 2001, 2007).

Desta forma, na tentativa de superar este obstáculo, Monsueto et al.(2017) utilizam a técnica de análise de cluster para classificar as ocupações considerando os aspectos tradicionais que se associam à renda e à produtividade, além de incorporar elementos de qualidade, como duração do contrato, proteção e satisfação com o emprego permitindo, assim, identificar as ocupações segundo a qualidade

dos postos de trabalho gerados. Espera-se, portanto, que esta classificação represente a estrutura de segmentação e segregação ocupacional do mercado de trabalho metropolitano no Brasil e possa ser utilizada em estudos sobre mobilidade ocupacional e socioeconômica. Segundo os autores, entre outros aspectos, as ocupações que possuem a maior proporção de trabalhadores buscando outros empregos são tidas como menos desejáveis e, portanto, como as de pior qualidade. Desse modo, a técnica classifica as ocupações em cinco categorias, denominadas de classes socioeconômicas, brevemente descritas no Quadro 1.

Quadro 1- Descrição das classes socioeconômicas

Classe	Descrição
1- Alta	Diretores gerais de empresas; gerentes de produção; profissionais de nível superior; membros superiores dos três poderes.
2- Média-Alta	Trabalhadores de nível técnico das áreas de engenharia, bioquímicas e saúde; técnicos administrativos do setor público e financeiros; joalheiros e ourives, supervisores gerais.
3- Média	Técnicos gerais; vendedores; repositores, supervisores e operadores da petroquímica e afins.
4- Média-Baixa	Profissionais e técnicos das artes e desporto; professores leigos e de nível médio; trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais; ambulantes.
5- Baixa	Trabalhadores da construção civil; trabalhadores domésticos; trabalhadores gerais da indústria, comércio e serviços.

Fonte: Monsueto et al.(2017).

Deste modo, esta dissertação pretende contribuir para o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil, estimando medidas de probabilidade de transição entre ocupação e desemprego. A hipótese adotada sugere que a situação ocupacional a qual o indivíduo se encontra atualmente empregado importa para ele no futuro. Ou seja, dependendo da ocupação a qual o indivíduo está inserido, ele estará mais ou menos protegido em relação à transição para o desemprego. Uma vez que o desemprego aparenta ser mais voluntário nas categorias superiores, em geral compostas por empregos formais ou mais bem remunerados, esse indivíduo aguentaria ficar mais tempo desempregado. Entretanto, nas categorias mais baixas

parece predominar o desemprego involuntário, e este indivíduo então passaria a buscar qualquer estratégia mínima de sobrevivência, alocando-se em postos de trabalhos informais ou precários.

No próximo capítulo é feita na primeira seção uma análise das estatísticas descritivas pontuais da amostra. Na seção seguinte são apresentados as matrizes de transição. Por fim, a última seção apresenta o modelo econométrico proposto e comentários acerca dos resultados encontrados.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta e analisa os dados referentes à transição entre os estados de emprego e desemprego. A divisão dos resultados consiste em três etapas. Na primeira seção são feitas algumas estatísticas descritivas, de maneira a apresentar a base de dados e algumas variáveis que estão sendo usadas. Na segunda seção são expostas as matrizes de transição. A terceira seção é composta pelos resultados obtidos nas estimações dos modelos propostos de regressões de probabilidade.

4.1 Estatísticas Descritivas

Segundo Monsueto et al. (2017), as categorias de ocupação podem ser utilizadas para representar a estrutura de segmentação da mão de obra do Brasil. As classes Alta e Média-Alta são formadas basicamente por postos de maior qualidade ocupacional que possuem melhores rendimentos e condições de trabalho, apresentando os mais estáveis indicadores de satisfação do trabalhador. Juntas, estas duas categorias ocupacionais parecem formar uma espécie de mercado de trabalho primário. A classe Média, por sua vez, destaca-se por deter elevada taxa de formalidade, principalmente por meio da carteira de trabalho assinada. Todavia, essa classe compõe um grupo de ocupações que ainda não se desvincularam dos baixos salários, com a ressalva de que é possível observar uma tendência crescente no que se refere à participação da mão de obra mais qualificada ao longo dos últimos anos, o que deve elevar a produtividade. Em contraste, as classes Média-Baixa e Baixa, apresentam, em geral, os piores indicadores de qualidade do posto de trabalho e os mais baixos indicadores de cobertura institucional. A combinação dessas duas classes constitui o segmento de mercado de trabalho secundário da economia brasileira.

Empregando essa classificação para os dados da amostra, é possível perceber que a segmentação de ocupações utilizada pelo autor exemplifica a estrutura do mercado de trabalho brasileiro de modo compatível com a realidade nacional. Essa categorização é notória na Tabela 1, que evidencia a renda média, a participação na amostragem e o percentual de indivíduos atuantes no mercado

informal de acordo com a diversificação de classes ocupacionais. Destaca-se que a renda é apenas uma das variáveis que compõem essa classificação, de modo que as categorias são distinguidas pela qualidade dos postos de trabalho. Consequentemente, observa-se uma correlação positiva entre as classes superiores, maiores níveis de rendimento e menores percentuais de informalidade, excetuando-se a faixa Média-Baixa. Tal particularidade pode ser interpretada como um fenômeno característico das ocupações dessa categoria que, apesar de apresentar aqui renda superior à classe Média, possui a maior taxa de informalidade da análise, representando indivíduos que preferem ou são forçados a aceitar cargos no setor informal. Outra possível interpretação para o resultado discrepante se dá pela pequena participação relativa na amostra, conforme descrito na tabela a seguir.

Tabela 1– Renda média, distribuição amostral e taxa de informalidade das categorias de ocupação – Total do período

Categorias	Renda Média (R\$)	Distribuição amostral	Taxa de informalidade
Alta	2.876,0	13,1%	16,6%
Média Alta	1.030,8	35,0%	18,9%
Média	832,2	34,4%	12,5%
Média Baixa	1.021,3	4,2%	45,9%
Baixa	709,8	13,3%	29,9%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

A segunda tabela distribui os diferentes graus de qualificação para cada categoria analisada. Embora a classificação idealizada por Monsueto et al. (2017) não utilize explicitamente níveis educacionais em sua composição, é possível perceber uma correlação positiva entre as classes superiores e os maiores níveis de escolaridade e especialização. Destaca-se, novamente, a classe Média-Baixa em função da alta concentração de profissionais qualificados. O resultado corrobora com as conclusões obtidas na tabela anterior, de modo que é factível argumentar que o significativo grau de qualidade observado nos trabalhadores da categoria impulsiona maiores níveis de rendimento, apesar do elevado percentual de indivíduos alocados no mercado informal. Outro fator relevante para a análise é evidenciado pela grande participação de profissionais atuantes na classe Baixa com pouca ou nenhuma qualificação. Além de ser condizente com o artigo original, esse resultado colabora com o argumento de que a categorização utilizada neste estudo

efetivamente ilustra a diversificação da qualidade dos postos de trabalho.

Tabela 2– Nível de escolaridade das categorias de ocupação– Total do período.

Categorias	Não Qualificados	Baixa Qualificação	Semi Qualificados	Qualificados	Total
Alta	0,4	2,0	3,4	94,3	100%
Média Alta	3,6	18,0	18,5	59,9	100%
Média	3,7	16,2	20,0	60,0	100%
Média Baixa	2,8	12,3	16,4	68,5	100%
Baixa	12,5	36,0	24,6	26,9	100%
Total	4,4	17,5	17,8	60,4	100%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

Em complementaridade, a Tabela 3 descreve as relações entre as categorias de ocupações e as características de capital humano, aqui representada pelos níveis de educação. A partir das estatísticas apresentadas, é possível perceber que os indivíduos tidos como qualificados estão, em sua maioria (55,1%), designados às ocupações mais altas. Já os indivíduos não qualificados estão presentes em geral (41,0%) nas classes mais baixas. Com base nesses resultados, é possível inferir que o nível educação está diretamente relacionado com a categoria de ocupação na qual o trabalhador está alocado, em concordância com os resultados obtidos anteriormente. Assim, é razoável admitir que indivíduos com maior grau de instrução possuam certa vantagem sobre os demais trabalhadores menos instruídos, uma vez que as classes mais altas tendem a serem aquelas com maior estabilidade. Novamente, cabe ressaltar que o método de classificação que embasa o presente trabalho não utiliza níveis educacionais como variável explícita no modelo. Entretanto, fica evidente a relação entre qualidade de postos de trabalho e educação.

Tabela 3 – Distribuição ocupacional segundo níveis de escolaridade (%) – Total do período.

	Não Qualificados	Baixa Qualificação	Semi Qualificados	Qualificados	Total
Alta	1,2	1,5	2,5	20,4	13,1
Média-Alta	28,6	36,2	36,4	34,7	35,0
Média	29,4	32,0	38,8	34,2	34,4
Média-Baixa	2,7	3,0	3,9	4,8	4,2
Baixa	38,1	27,4	18,4	5,9	13,3
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

A Tabela 4 retrata algumas das principais estatísticas relacionadas às características pessoais da amostra selecionada, conforme os dados mensurados pela PME entre 2002 e 2016. Dentro da avaliação sobre gênero, embora as mulheres estejam frequentemente mais presentes na categoria mais alta, ao considerar os dados de maneira mais ampla, os homens são mais bem absorvidos nas duas categorias superiores (49% para homens contra 46% para o sexo feminino). Ao analisar as classes inferiores, por sua vez, as mulheres parecem com maior recorrência quando comparadas à alocação dos homens nas mesmas categorias. Já com relação à variável cor, os brancos aparecem majoritariamente nas categorias mais altas, enquanto os não brancos estão alocados nas categorias mais baixas. Demonstra-se, assim, a existência de segregação por gênero e raça nas categorias ocupacionais de maior qualidade. Segregação pode ser interpretada como a atribuição de indivíduos igualmente produtivos em ocupações de diferentes níveis tecnológicos ou socioeconômicos no mercado. A alta porcentagem de mulheres em ocupações de baixa remuneração, mas com níveis educacionais semelhantes ou melhores do que os homens exemplifica esse fenômeno (OLIVEIRA 2003). Consequentemente, a existência de tal segregação torna-se um problema, pois configura a concentração de um determinado grupo em ocupações de maior precariedade, menores salários, menor perspectiva de ascensão profissional e menor proteção trabalhista.

Tabela 4 – Distribuição segundo Gênero e Cor (%) – Total do período.

Categorias	Mulher	Homem	Não Branco	Branco
Alta	16,0	11,2	7,3	18,2
Média-Alta	30,2	38,0	34,5	35,4
Média	37,9	32,2	36,8	32,3
Média-Baixa	7,1	2,4	4,2	4,2
Baixa	8,7	16,2	17,3	9,8
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

De fato, a utilização de categorias para representar a qualidade ocupacional e a estrutura do mercado de trabalho no Brasil demonstra-se condizente com a realidade nacional. Permite também observar a existência de uma segregação tanto por gênero, como por raça (Oliveira, 2003). Essa distribuição ocupacional pode ter importantes impactos não apenas sobre a condição presente do indivíduo, mas também sobre seu futuro ocupacional, como pode ser evidenciado nas seções a seguir.

4.2 Transição do Emprego para o Desemprego

Na seção anterior foi observado como as características individuais e do posto de trabalho, influenciam o tipo de categoria ocupacional em que cada indivíduo está inserido no mercado de trabalho brasileiro. Em particular, uma das conclusões apontadas é que as mulheres e os não brancos ocupam cargos de menor *status* socioeconômico, evidenciando a ocorrência de segregação ocupacional. Adicionalmente, o tipo de ocupação que o trabalhador escolhe no mercado de trabalho pode estar diretamente relacionado com sua trajetória ocupacional. Com isso, a presente seção busca descrever a trajetória dos trabalhadores entre dois períodos e o efeito da ocupação, entre outros fatores, sobre a probabilidade de perder o posto de trabalho no período seguinte.

A Tabela 5 apresenta algumas das principais estatísticas relacionadas às características pessoais do trabalhador em relação à transição entre os estados de emprego e desemprego. Observa-se que a perda do emprego ocorre com mais frequência entre mulheres, indivíduos não brancos e principalmente alocados no

setor informal da economia. Sabe-se que a atual formatação do mercado de trabalho com forte fluidez de capitais e os avanços tecnológicos impulsiona o crescimento do desemprego e do trabalho precário, como denota Harvey (1992) ao afirmar que o mercado de trabalho tende a reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando o cenário econômico-financeiro fica ruim. Segundo Proni (2011), para que haja efetivo combate à precariedade dos postos de trabalho no Brasil se faz necessário focar em dois problemas estruturais. Primeiro, a insuficiência na geração de empregos qualificados, que influencia negativamente a produtividade nacional e obriga o trabalhador a recorrer ao sistema informal. Em segundo lugar, o enorme estoque de ocupações precárias, caracterizadas como trabalhos com baixa remuneração, cargos sem registro, e, conseqüentemente, sem contribuição para previdência social, e pouco ou nenhum apoio ou controle governamental.

Tabela 5– Transição do emprego por grupos de gênero e raça (%)

Situação	Mulher	Homem	Não Branco	Branco	Informal	Formal
Permaneceram ocupados	95,3	96,0	95,2	96,2	93,3	96,2
Transitaram para o desemprego	4,7	4,0	4,8	3,8	6,7	3,8
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

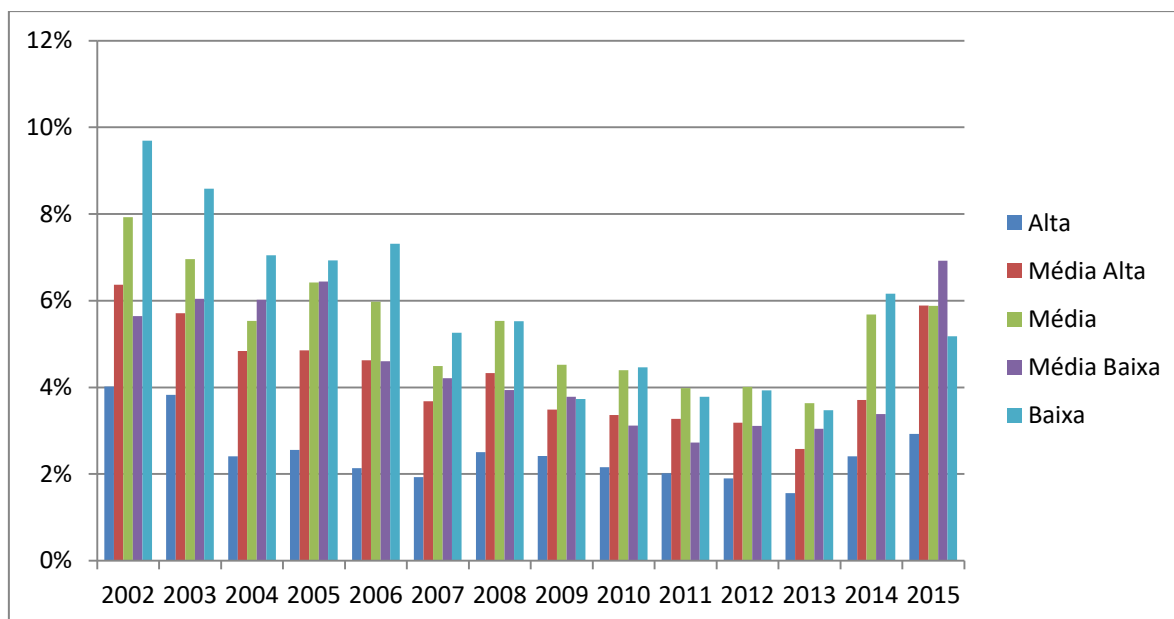
Complementando a análise acima, Tabela 6 demonstra as estatísticas relacionando a transição do estado de emprego para o desemprego por categorias de ocupação. Os dados apontam que a transição para o desemprego ocorre mais frequentemente na categoria mais baixa de ocupação (5,4%), corroborando com a hipótese de que são os indivíduos menos protegidos que sofrem mais com a perda do emprego. Em contraste, é possível perceber que os indivíduos alocados na classe alta são os menos afetados pela perda do emprego (2,7%). Esses resultados colaboram com a hipótese de que o desemprego se apresenta mais voluntário nas categorias mais altas, e de que nas categorias mais baixa, o desemprego involuntário se denota dominante.

Tabela 6– Transição do emprego por Categoria de Ocupação

Situação	Alta	Média-Alta	Média	Média-Baixa	Baixa	Total
Permaneceram Ocupados	97,7	96,1	95,1	95,8	94,6	95,7
Transitaram para o desemprego	2,3	3,9	4,9	4,2	5,4	4,3
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

Por fim, o Gráfico 1 apresenta as taxas de transição para o desemprego segundo as categorias ocupacionais. Percebe-se que, ao longo de todo o período, a classe alta apresenta um comportamento cíclico e é a categoria que possui as menores taxas de perda de emprego, ressaltando, mais uma vez, a maior estabilidade ocupacional para esses trabalhadores, uma vez que os trabalhadores dessa classe são os que possuem maior seguridade trabalhista. Além disso, as categorias mais baixas são as mais atingidas pelo desemprego, dado que, nos anos analisados, essas classes persistentemente aparecem entre as maiores taxas de transição. Mais especificamente, parece que a transição para o desemprego da categoria baixa acompanha o comportamento da taxa de desemprego nacional, apresentando queda até o ano de 2011 e sendo a primeira classe a sentir a crise econômica, exibindo alta ainda no ano de 2014.

Gráfico 1- Taxa de transição para o desemprego por categoria ocupacional (%)

Fonte: Elaboração própria com base na PME do IBGE.

De maneira simplificada, a análise descritiva e as matrizes de transição confirmam a existência de segregação no mercado de trabalho brasileiro, uma vez mulheres e não brancos são sub-representados, e que esta segregação está relacionada com atividades presentes nas categorias mais baixas, como sinalizado pela literatura prévia. Na próxima seção são apresentados os resultados econométricos.

4.3 Resultados Econométricos

Como descrito no capítulo anterior, este trabalho adota um modelo de probabilidade *Heckprobit*. A primeira etapa dessa análise tem como objetivo determinar a probabilidade de um indivíduo estar empregado, aplicando uma correção ao modelo principal. Embora a escolha das variáveis tenha sido simples, todos os resultados obtidos foram significativos. Entretanto, com intuito explicativo, é cabível ressaltar algumas considerações a respeito dos parâmetros utilizados. A variável *menores* é uma *dummy* com sinal esperado negativo para mulheres e positivos para homens. Já o sinal esperado para a variável *educação do chefe* é positivo. A variável *cor* objetiva mensurar o efeito exercido pela característica de raça sobre a probabilidade de estar empregado, e possui sinal esperado positivo. Os

resultados auferidos no modelo de primeira etapa podem ser visualizados na Tabela 7, a seguir, e condizem com as expectativas e premissas adotadas.

Tabela 7 – Modelo de Primeira Etapa – Equação de participação.

Variável			
	Total	Mulheres	Homens
Menores no Domicílio	-0,066* (0,007)	-0,189* (0,010)	0,044* (0,010)
Educação do Chefe	0,047* (0,001)	0,024* (0,001)	0,052* (0,001)
Cor	0,161* (0,007)	0,251* (0,010)	0,097* (0,009)
Constante	1,076* (0,005)	1,017* (0,008)	1,134* (0,008)

Nota: Desvio padrão robusto entre parênteses. ***p<0.10. **p<0.05, *p<0.01. Fonte: Elaboração própria com base na PME.

A segunda etapa do modelo pretende determinar a probabilidade do empregado perder seu posto de trabalho no período futuro. Considerando os diversos fatores que podem influenciar esta probabilidade, como explicitado no capítulo metodologia, o modelo utiliza como variáveis explicativas um conjunto de variáveis pessoais, de capital humano e do mercado de trabalho. Dentre as quais se destaca a característica socioeconômica na qual o trabalhador está atualmente inserido. Abaixo segue a Tabela 8, que sintetiza os efeitos marginais desse modelo para a amostra como um todo e também segmentado por gênero. O *output* completo do modelo pode ser encontrado no Apêndice A.

Tabela 8 – Modelo de Segunda Etapa – probabilidade de Perder o Emprego (Efeitos Marginais)

Variável			
	Total	Mulheres	Homens
Gênero	-0.005* (0.00)		
Cor	-0.007* (0.00)	-0.005* (0.00)	-0.001 (0.00)
Idade	-0.001* (0.00)	-0.001* (0.00)	-0.001* (0.00)
Chefe	-0.018* (0.00)	0.003*** (0.00)	-0.015* (0.00)
Frequenta Escola	-0.006* (0.00)	-0.002 (0.00)	-0.006* (0.00)
Ano de Estudo	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
Classe Média-Alta	0.020* (0.00)	0.014* (0.00)	0.016* (0.00)
Classe Média	0.027* (0.00)	0.021* (0.00)	0.020* (0.00)
Classe Média Baixa	0.016* (0.00)	0.011* (0.00)	0.015* (0.00)
Classe Baixa	0.033* (0.00)	0.028* (0.00)	0.023* (0.00)
Ind. Primária	-0.002 (0.00)	-0.004 (0.01)	-0.001 (0.00)
Indústria	-0.006* (0.00)	-0.009*** (0.01)	-0.005* (0.00)
Setor Terciário	-0.006* (0.00)	-0.006 (0.00)	-0.006* (0.00)
Outros	-0.011** (0.00)	-0.008 (0.01)	-0.010** (0.00)
Recife	0.000 (0.00)	-0.002 (0.00)	0.001 (0.00)
Belo Horizonte	-0.015* (0.00)	-0.011* (0.00)	-0.012* (0.00)
Rio de Janeiro	-0.026* (0.00)	-0.018* (0.00)	-0.019* (0.00)
São Paulo	-0.011* (0.00)	-0.009* (0.00)	-0.008* (0.00)
Porto Alegre	-0.013* (0.00)	-0.009* (0.00)	-0.010* (0.00)

Nota: Desvio padrão robusto entre parênteses. ***p<0.10. **p<0.05, *p<0.01. Fonte: Elaboração própria com base na PME. Modelo completo no apêndice A.

Os resultados mostram que os parâmetros estimados para os coeficientes de regressão apresentaram sinais conforme o esperado e com resultados significativos para a maioria dos coeficientes. As *dummies* de categoria de ocupação, as quais são o principal foco deste trabalho, apresentam-se estatisticamente significativas.

A análise dessa segunda etapa do modelo se inicia pelas variáveis que medem as características pessoais como gênero e raça. O resultado para a variável *gênero* ressalta as diferenças entre homens e mulheres no que se diz respeito à chance de transitarem para o desemprego. Tal variável apresentou o sinal esperado negativo, ou seja, as mulheres têm maior probabilidade de perderem seus postos de trabalho e os homens apresentam maior probabilidade de permanecerem empregados. Esse resultado condiz com a literatura, uma vez que, segundo Matos e Machado (2006), a inserção das mulheres se dá principalmente em atividades rotuladas como “femininas”, caracterizadas como empregos domésticos e prestação de serviços pessoais, sendo que essas atividades tradicionalmente enquadram-se com maior frequência nas classes mais baixas de ocupação.

O sinal encontrado para a variável *cor* indica que os não brancos apresentam maior probabilidade de transitarem para o desemprego em comparação aos brancos. Esse fato pode ser visto como uma evidência da suposta presença de discriminação por parte do empregador no mercado de trabalho no que se refere à escolha na hora de demitir um funcionário. Tal resultado também pode ser explicado pela maior necessidade dos não brancos, em função menores níveis de renda, se inserirem no mercado de trabalho, uma vez que até a informalidade configura uma melhor opção do que o desemprego (Henriques, 2001). Todavia, vale ressaltar que, no modelo rodado apenas para o sexo masculino, essa variável não se mostrou significativa. Assim, a cor da pele se mostra mais importante para as mulheres do que para os homens. O resultado encontrado para *idade* é negativo e significativo. Tendo em vista que essa variável é utilizada como uma *proxy* com a função de medir a experiência profissional de cada indivíduo, percebe-se que a probabilidade de permanecer empregado aumenta juntamente com o avanço da idade.

Vale ainda destacar as diferenças entre homens e mulheres. No que diz respeito à variável *chefe*, é possível notar efeito contrário entre os gêneros, ainda que os coeficientes apresentem-se relativamente baixos, ser chefe de família para os indivíduos do gênero masculino impacta de maneira positiva na probabilidade de

estar empregado, enquanto para as mulheres, esse efeito é negativo. Pode se observar que a binária *frequenta escola* apresenta sinal de acordo com o esperado, mas esta variável se mostrou não significativa para o sexo feminino. Já a variável *anos de estudo* apresenta-se não significativo em todos os modelos rodados.

Quanto às categorias das ocupações, é possível notar que todas possuem efeitos significativos. Visto que a classe Alta é tida como a mais estável, em decorrência de empregos com maiores níveis de rendimentos e seguridades trabalhistas, além de configurar como a categoria de referência nesse modelo, os sinais positivos apresentados pelas demais classes são de acordo com o esperado. Esse resultado vai ao encontro da literatura, apontando que a perda de emprego atinge mais aqueles trabalhadores que ocupam postos de trabalho menos protegidos e de menores custos de demissão, aqui representados pelas categorias mais baixas (SILVA, 2016). Além disso, os resultados apresentam concordância com o que é mostrado nas seções anteriores, corroborando com a hipótese de que o desemprego se apresenta mais voluntário nas categorias mais altas, nas quais se encontram os postos com melhores remunerações e maiores proteções, e mais involuntário nas categorias de menor qualidade, nas quais se observam os empregos com menores remunerações e seguridades trabalhistas.

Ainda em relação à variável classe, porém agora segundo gênero, é possível verificar que o impacto da escolha ocupacional é maior sobre as mulheres. Dentre os resultados obtidos, a classe Baixa merece destaque, pois essa apresenta a maior probabilidade de transição, além de exibir a maior diferença entre os gêneros (0,028 para as mulheres, contra 0,023 para os homens). Assim, é possível inferir que a escolha de inserção numa categoria Baixa hoje, gera efeitos piores para o sexo feminino no que tange a probabilidade de estar empregada futuramente. Uma consequência desse tratamento diferenciado entre homens e mulheres nos setores menos desejáveis é a limitação das oportunidades por gênero, realçando a presença de segregação no mercado de trabalho e acarretando uma série de consequências à realidade do mercado de trabalho nacional. Esse fenômeno limita a mobilidade dos trabalhadores para melhores posto de emprego, pois simplesmente reproduz a estrutura desigual pré-existente de alocação da mão de obra ao longo do tempo (MONSUETO et al, 2014).

Os resultados obtidos pelos modelos estimados reforçam a presença de desigualdade de condições no mercado de trabalho brasileiro, justificando a

importância de fortalecer a dimensão de gênero e raça nas políticas públicas. Ainda que o trabalho de negros e mulheres seja menos reconhecido social e economicamente, a avaliação dos resultados deste trabalho demonstra que, em alguns aspectos, a discriminação de gênero é mais acentuada que a de raça. Casos, como por exemplo, aqueles nos quais são avaliados a alocação da classe ocupacional dos indivíduos, demonstram claramente que essa discrepância específica é mais proeminente. Uma possível explicação para esse fato ocorre em função da premissa de que, geralmente, a inserção de mulheres no mercado de trabalho tende a ser delimitada por postos caracteristicamente atribuídos ao gênero feminino (MATOS e MACHADO, 2006), concentrando-se em ofícios socioeconomicamente depreciados. Explica-se, assim, a maior dificuldade de entrada de mulheres em diferentes setores do mercado de trabalho, fenômeno comumente associado a uma maior discriminação nos níveis salariais e a um menor leque de oportunidades profissionais (ABRAMO, 2004). Portanto, é plausível argumentar que a manutenção desses postos de baixa qualidade pode perpetuar um cenário de segregação ocupacional, no qual a entrada facilitada em empregos precários distancia indivíduos de vagas formais e melhores, atingindo desproporcionalmente o gênero feminino.

Além disso, é possível perceber que há uma evidente diferenciação na forma em que o mercado de trabalho tende a absorver a mão de obra masculina e feminina, mesmo em situações nas quais ambos os indivíduos encontram-se em classes ocupacionais idênticas. Os resultados evidenciam, portanto, que o problema da perda do emprego não é aleatório, no sentido de que os fatores relacionados à condição na família, ao sexo, à idade, à raça e à qualificação determinam formas diferenciadas de vivenciar o mercado de trabalho, e que determinados grupos da população são mais vulneráveis ao desemprego. Essa discrepância assimétrica provém de condições socioeconômicas e culturais estabelecidas no Brasil e está associada aos fenômenos de exclusão social que dão origem à pobreza. Tal disparidade é também responsável pela perpetuação de diversos tipos de vulnerabilidade, além de criar barreiras adicionais à busca pela superação da precariedade e da exclusão social, que atingem as mulheres no país de modo desigual.

Em complementariedade, o uso de ocupações de baixo status socioeconômico como meio de inserção no mercado de trabalho deve ser seguido

por uma reestruturação da cobertura institucional dessas atividades. Desta forma, os resultados deste capítulo consolidam a necessidade de buscar um modelo de transição ocupacional protegida, na qual os postos que determinam a entrada no mercado de trabalho também funcionem como um portal para melhores oportunidades futuras. Os resultados adquiridos também corroboram com as conclusões do estudo promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006) defendendo a utilização de políticas públicas que considerem a qualidade do emprego gerado como ferramenta útil no combate à pobreza e à desigualdade. Tal resolução indica a necessidade de desenvolver e implementar um sistema de transição ocupacional mais favorável, em um sistema trabalhista mais protegido. Um passo natural nessa direção seria a extensão dos programas de reconversão dos trabalhadores às novas necessidades do mercado de trabalho, uma vez que esse tipo de política pública ativa de treinamento e reintegração produtiva dos trabalhadores deslocados caracteriza um dos instrumentos relevantes para minimizar os efeitos das mudanças estruturais e setoriais no país.

Outro aspecto do mercado de trabalho que pode ser analisado por meio dos resultados apresentados é o debate sobre a necessidade de incorporar uma maior flexibilização nas relações trabalhistas do país. É factível afirmar que trabalhadores mais flexíveis em termos quantitativos, ou seja, os trabalhadores alocados nos postos de menor qualidade, não são caracterizados pelas melhores taxas de redistribuição e sua mobilidade não resulta em melhores movimentos socioeconômicos, principalmente se comparados àqueles indivíduos que exercem suas profissões sob a proteção institucional da lei trabalhista (Ruesga et al. 2009). Portanto, a eliminação ou redução da proteção institucional não parece ser a melhor alternativa para romper com a estrutura de segmentação do mercado de trabalho nacional. De modo similar, é possível atribuir substancial relevância à equalização trabalhista entre gêneros no país. As políticas públicas adotadas para reduzir a desvantagem de grupos específicos de trabalhadores devem, necessariamente, ter ciência da situação laboral e das formas de transição da força de trabalho, considerando seu nível de redistribuição ocupacional e a qualidade de sua mobilidade. Deve-se, por conseguinte, não somente considerar os salários e a condição de emprego atual, mas também mensurar as possibilidades de estabilidade ao longo do ciclo de vida do trabalhador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo busca contribuir para o avanço da pesquisa sobre o tema desemprego no Brasil, tendo como principal objetivo analisar os efeitos da qualidade ocupacional sobre a perda do emprego. Além disso, é proposto verificar como a escolha ocupacional pode afetar a trajetória trabalhista do indivíduo em conjunto com as características pessoais, domiciliares, regionais e do emprego. Para tanto, realiza-se um exercício econométrico sobre os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego entre os anos de 2002 e 2016 para as Regiões Metropolitanas brasileiras (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo), considerando pessoas na faixa etária de 18 a 65 anos. O modelo de análise adotado, a fim de medir a probabilidade de um trabalhador empregado perder seu posto de trabalho no período seguinte, é o Heckprobit.

A metodologia adotada emprega a classificação de ocupações idealizada originalmente por Monsueto et. al. (2017), sendo possível distinguir os dados em, basicamente, dois grandes grupos amostrais relacionados à qualidade dos postos de trabalho analisados. O primeiro grupo é composto pelas classes Alta e Média-Alta e caracteriza a formação do mercado de trabalho primário, no qual as ocupações oferecem melhores circunstâncias ao indivíduo, como maiores rendimentos, seguridade institucional e condições propícias à prática da profissão. Já o segundo grupo é constituído pelas classes Média-Baixa e Baixa, que geralmente apresentam condições de trabalho insatisfatórias, característica representada por seus irrisórios indicadores de qualidade dos postos de trabalho e de cobertura institucional. Consequentemente, o segundo grupo define o segmento de mercado de trabalho secundário na economia brasileira. Destaca-se, a partir da análise, que a classificação utilizada, apesar de não explicitar níveis educacionais em sua composição, evidencia uma perceptível correlação positiva entre as classes superiores e maiores níveis de escolaridade. Ademais, dentre as conclusões obtidas, enfatiza-se o indicativo de que mulheres e indivíduos não brancos ocupam cargos de menor *status* socioeconômico, demonstrando indícios da existência de segregação ocupacional no mercado de trabalho brasileiro.

No que se refere à transição do estado de emprego para o desemprego, é possível observar uma maior frequência na perda do posto de trabalho para mulheres e indivíduos não brancos, principalmente quando alocados no setor

informal da economia. Outro fato evidenciado pela análise dos dados obtidos aponta para uma maior ocorrência da transição do emprego para o desemprego na categoria mais baixa de ocupação, fenômeno que corrobora com a hipótese de que são os profissionais menos protegidos que sofrem mais com a perda do emprego. Contrariamente, os indivíduos alocados nas classes ocupacionais mais altas são menos afetados pela probabilidade de perda de postos de trabalho, fato condizente com a hipótese de que o desemprego voluntário se apresenta mais frequentemente nas categorias mais altas. Em contraste, nas classes mais baixas, a perda de emprego involuntária parece se mostrar dominante.

Os resultados econométricos revelam que o problema da perda do emprego não é aleatório, uma vez que determinados grupos da população são nitidamente mais vulneráveis à probabilidade de perder postos de trabalho. Também é factível afirmar que há uma diferenciação na tendência de absorção da mão de obra masculina e feminina no mercado de trabalho brasileiro, desprivilegiando a escolha por mulheres mesmo em situações nas quais ambos os indivíduos possuem postos de trabalho em classes ocupacionais idênticas. Verifica-se, a partir desse fato, que o impacto da escolha ocupacional é maior sobre as mulheres. Outro significativo ponto da análise caracteriza-se pela maior probabilidade de transição incidente na classe Baixa, que também exhibe a maior discrepância entre gêneros. Assim, é possível inferir que a escolha de inserção numa categoria Baixa impacta mais vigorosamente a probabilidade futura de perda de postos de trabalho para o sexo feminino. Uma consequência dessa diferenciação de gêneros nos setores ocupacionais menos desejáveis é a limitação das oportunidades para indivíduos do sexo feminino, realçando a presença de segregação no mercado de trabalho. Além disso, os resultados obtidos pelos modelos estimados reafirmam a desigualdade presente nas condições do mercado de trabalho, justificando a importância e a relevância de fortalecer e incentivar a dimensão de gênero e raça nas políticas públicas.

Conclui-se, fundamentando-se nos resultados obtidos, que o uso de ocupações precárias como meio de inserção no mercado de trabalho deve ser acompanhado por uma cobertura institucional direcionada a esse tipo de ocupação, de modo que atuar em prol de uma renovação da atual estrutura de proteção dessas atividades torna-se crucial no combate às mazelas causadas por distorções no mercado de trabalho nacional. Ou seja, demonstra-se nesse estudo a visível

necessidade pela busca de um modelo de transição ocupacional direcionado à proteção do indivíduo, de modo que o posto de entrada no mercado de trabalho também sirva como um portal que possibilite melhores oportunidades futuras. É válido ressaltar que as conclusões desse trabalho corroboram com o estudo promovido pelo IPEA, em 2006, defendendo o desenvolvimento de políticas públicas que considerem a qualidade do emprego gerado como ferramenta de combate à pobreza e à desigualdade social, de modo que a criação e implementação de um sistema de transição ocupacional mais favorável configura-se como uma demanda nacional. Naturalmente, a extensão de programas já existentes, voltados ao treinamento, à reintegração produtiva e à reconversão de trabalhadores às novas necessidades observadas no mercado de trabalho, surgem como instrumentos relevantes na tentativa de minimização dos efeitos causados pelas mudanças estruturais e setoriais no país. Outro aspecto significativo relacionado ao mercado de trabalho, embasado nos resultados apresentados, pauta-se no debate acerca da necessidade de incorporar uma maior flexibilização nas relações trabalhistas do país. Logo, As políticas públicas adotadas com intuito de reduzir ou eliminar a desvantagem de grupos específicos de trabalhadores devem, necessariamente, ter ciência da situação laboral e das formas de transição de empregos por parte da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de políticas de emprego**. In: seminário nacional: política geral de emprego: necessidades, opções, prioridades, 2004.

ALMEIDA, H. M. **Criação e destruição de postos de trabalho no setor formal brasileiro: uma abordagem por gênero**. Dissertação. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2004.

BIVAR, W. S. B. **Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1993.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1982.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1983.

CACCIAMALI, M. **A economia informal 20 anos depois. Indicadores Econômicos**, Porto Alegre: FEE, 1992.

CORSEUIL C. H. et al. **Criação, destruição e realocação do emprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2002. (Texto para Discussão, 855).

CURI, A. Z. et al. **Os determinantes das transições ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro**. Anais do XXXII Encontro Nacional da Anpec, 2004.

DE OLIVEIRA, P. F. A; JÚNIOR, J. R. A. C. **Desigualdade de gênero na duração do desemprego e seus efeitos sobre os salários aceitos no Brasil**. Revista Econômica do Nordeste, v. **40**, n. 4, p. 833-850, 2017.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2003.

GONZAGA, G. **Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil**. Revista de Economia Política, v. **18**, n. 1, p. 120-140, 1998.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis** 4th ed. Prentice Hall, New Jersey, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Ubijarara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola:, 1992.

HECKMAN, J. J. **Statistical models for discrete panel data**. Chicago, IL: Department of Economics and Graduate School of Business, University of Chicago, 1979.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, 2001.

IBSEN, O. K. B. R; WESTERGAARD-NIELSEN, N. **Does Outsourcing Create Unemployment? The Case of the Danish Textile and Clothing Industry**, Aarhus University . 2004.

IBGE. **Descrição das variáveis da Pesquisa Mensal de Emprego**, 2001.

IBGE. **Série de Relatórios Metodológicos**, v. **23**. Rio de Janeiro, 2007.

IPEA –**Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**, Rio de Janeiro: IPEA, Nota Técnica, 2006.

JANNUZZI, P. DE M. **Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90**. Revista Brasileira de Estatística, v. **61**, n. 216, p. 47–74, 2000.

JANNUZZI, P. DE M. **As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000**. Revista da ABET, v. **4**, n. 1, 2004.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; CARVALHO, N. F. **Tipologia de qualificação da força de trabalho: uma proposta a partir da noção de incompatibilidade entre ocupação e escolaridade**. Nova Economia, v. **14**, n. 2, p. 11–33, 2004.

MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. **Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987 2001)**. Revista Econômica, v. **8**, n. 1, 2006.

MENEZES-FILHO, N. A.; PICHETTI, P. **Os determinantes da duração do desemprego em São Paulo**. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. **30**, n. 1, abr. 2000.

MONSUETO, S. E.; BICHARA, J.; CUNHA, A. M. **Mobilidade Ocupacional E Diferencial De renda: A Experiência Do Brasil Entre 2002 E 2010**. ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2014.

MONSUETO, S. E.; CARRIJO, B.C.P.S. ; GOUVEIA, J.M.A. . **Uma proposta de classificação das ocupações da pme usando indicadores de qualidade**. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 2017.

NUNES, D. U.; MENEZES-FILHO, N. A.; KOMATSU, B. K. **Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro**. Estudos Econômicos, v. **46**, n. 2, p. 311-341, 2016.

OLIVEIRA, A.M.H.C; **A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil**, In: AJNMAN, S. y MACHADO, A.F. (Orgs.): Mercado de trabalho – uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil, Editora UFMG, Belo Horizonte, p.121-149, 2003.

Penido, M., Machado, A.; **Desemprego: evidência da duração no Brasil metropolitano**. CEDEPLAR/UFMG: Texto para Discussão n. 83, 2002.

RAMOS, L., BRITTO, M. **O funcionamento do mercado e trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, 2004.

REIS, M; AGUAS, M. **Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade**. Economia Aplicada, v. 18, n. 1, p. 35-50, 2014.

RUESGA BENITO, S.; Bichara, J.S.; MONSUETO, S. E. **Diferencial de gênero e efeitos da mobilidade socioeconômica**. In: 37º Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2009.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. DO. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

PERO, V. **Mobilidade social no Rio de Janeiro**. Revista de Economia Mackenzie, v. 4, n. 4, p. 136–153, 2006.

PRONI, M. W. **Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil**. SciELO, Texto para Discussão, 2011.

SABÓIA, J. LM. **Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983**. Revista de Economia Política, v. 6, n. 3, p. 82-106, 1986.

SILVA, F. J. F. **Perfil dos demitidos durante a crise de 2008 no Brasil.** Anais, p. 1-20, 2016.

SILVA, J. O; SILVA, R. G. **Análise da rotatividade no mercado de trabalho acreano na década de 2000.** Revista de Estudos Sociais, v. **14**, n. 27, 2012.

SHIMER, R. **Reassessing the Ins and Outs of Unemployment.** National Bureau of Economic Research, n. 13421, 2007.

Apêndice A

Modelo de Segunda Etapa – probabilidade de Perder o Emprego

Variável			
	Total	Mulheres	Homens
Gênero	-0.005* (0.00)		
Cor	-0.007* (0.00)	-0.005* (0.00)	-0.001 (0.00)
Idade	-0.001* (0.00)	-0.001* (0.00)	-0.001* (0.00)
Chefe	-0.018* (0.00)	0.003*** (0.00)	-0.015* (0.00)
Frequenta Escola	-0.006* (0.00)	-0.002 (0.00)	-0.006* (0.00)
Anoest	-0.000 (0.00)	-0.000 (0.00)	0.000 (0.00)
Classe Alta	0.020* (0.00)	0.014* (0.00)	0.016* (0.00)
Classe Média-Alta	0.027* (0.00)	0.021* (0.00)	0.020* (0.00)
Classe Média	0.016* (0.00)	0.011* (0.00)	0.015* (0.00)
Classe Média Baixa	0.033* (0.00)	0.028* (0.00)	0.023* (0.00)
Ind. Primária	-0.002 (0.00)	-0.004 (0.01)	-0.001 (0.00)
Indústria	-0.006* (0.00)	-0.009*** (0.01)	-0.005* (0.00)
Terciária	-0.006* (0.00)	-0.006 (0.00)	-0.006* (0.00)
Outros	-0.011** (0.00)	-0.008 (0.01)	-0.010** (0.00)
2002	0.055* (0.01)	0.043* (0.01)	0.045* (0.00)
2003	0.045* (0.00)	0.035* (0.00)	0.036* (0.00)
2004	0.027* (0.00)	0.024* (0.00)	0.020* (0.00)
2005	0.034* (0.00)	0.030* (0.00)	0.025* (0.00)
2006	0.026* (0.00)	0.022* (0.00)	0.019* (0.00)
2007	0.017* (0.00)	0.015* (0.00)	0.012* (0.00)

2008	0.024*	0.024*	0.017*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2009	0.014*	0.010*	0.012*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2010	0.014*	0.016*	0.007**
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2011	0.011*	0.011*	0.007**
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2012	0.012*	0.011*	0.008*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2014	0.021*	0.016*	0.017*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
2015	0.032*	0.020*	0.029*
	(0.01)	(0.01)	(0.01)
Recife	0.000	-0.002	0.001
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
Belo Horizonte	-0.015*	-0.011*	-0.012*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
Rio de Janeiro	-0.026*	-0.018*	-0.019*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
São Paulo	-0.011*	-0.009*	-0.008*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)
Porto Alegre	-0.013*	-0.009*	-0.010*
	(0.00)	(0.00)	(0.00)

Nota: Desvio padrão robusto entre parênteses. ***p<0.10. **p<0.05, *p<0.01. Fonte: Elaboração própria com base na PME. Modelo completo em anexo.